

Sexta-Feira, 10 de Abril de 2026

A relevância das eleições municipais para o agronegócio brasileiro

LEANDRO VIEGAS

Leandro Viegas

Quando se fala em política, ainda há relutância de parte da população em se ter um diálogo aberto sobre o assunto. Este é um tema evitado em muitas casas e rodas de amigos. Mas, este ano vamos novamente colocar a democracia em ação e eleger para mais quatro anos, prefeitos e vereadores. Então essa é exatamente a hora de falarmos sobre.

Mais do que falar, destaco que as eleições municipais podem parecer bem distantes das fazendas e lavouras que compõem a espinha dorsal do agronegócio brasileiro, mas não é. Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica (IPEA), o setor fechou o primeiro trimestre deste ano com superávit acumulado de US\$ 32,23 bilhões, crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações do setor somaram US\$ 36,83 bilhões. Nem estamos aqui falando dos números de cada região e cidade, mas dá para ter noção do peso que isso representa.

A verdade é que a liderança local tem um impacto profundo e direto, tanto na operacionalização, quanto no ambiente regulatório que envolve este setor vital. A participação ativa e consciente do agro nas políticas locais transcende a mera proteção de interesses próprios, promovendo uma integração que pode beneficiar amplamente tanto o setor quanto as comunidades locais.

Aqueles que forem eleitos têm o poder de influenciar significativamente o agronegócio através de políticas de infraestrutura, regulamentações ambientais e licenciamentos. As decisões tomadas nos paços municipais afetam diretamente a qualidade das estradas rurais, os serviços de armazenagem e a eficiência dos processos logísticos fundamentais para a movimentação de produtos agrícolas. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde cada região possui suas peculiaridades agrícolas e desafios logísticos próprios, a adaptação e suporte local são então atores principais nesse cenário.

Recentemente, uma polêmica envolvendo a pulverização agrícola aérea no Maranhão destacou a importância das decisões locais. O Ministério Público recomendou que as Câmaras de Vereadores aprovassem projetos proibindo essa prática, causando debates intensos. Cláudio Júnior Oliveira, diretor operacional do Sindag, ressaltou que essas recomendações não são obrigatórias, mas geram desinformação e medo sobre a atividade, que é regulamentada e fiscalizada rigorosamente. A proibição pode impactar negativamente a produção agrícola e a economia regional, como visto no Ceará, onde a produtividade caiu drasticamente após a proibição da aviação agrícola.

Por isso destaco que quando o agronegócio e os papéis nele envolvidos se engajam ativamente nas eleições e na formulação de políticas municipais, não só se asseguram de que suas necessidades sejam ouvidas, mas também acaba causando impacto no desenvolvimento sustentável. Este engajamento pode resultar na ampliação de mais e melhores políticas que incentivam essas práticas agrícolas sustentáveis, promovem a

conservação ambiental e fomentam a inovação tecnológica através de parcerias com instituições educacionais locais.

A atuação conjunta entre o setor e a gestão municipal pode levar à implementação de projetos de desenvolvimento rural que beneficiam tanto os próprios agricultores e suas famílias, quanto a população de modo geral. Isso inclui desde a criação de programas de treinamento em novas tecnologias agrícolas até a melhoria dos sistemas de saúde e educação no campo, elevando a qualidade de vida e promovendo a equidade social.

A capacitação técnica dos líderes locais também é essencial para que as políticas implementadas sejam eficazes. Sem o conhecimento adequado, decisões importantes podem ser baseadas em desinformação, como exemplificado no caso da proibição da aviação agrícola. É fundamental que os políticos sejam bem-informados e recebam treinamento específico sobre as necessidades e práticas do agronegócio.

No entanto, a colaboração eficaz exige transparência, responsabilidade e uma visão de longo prazo tanto dos líderes empresariais quanto dos políticos. As empresas do agro devem se posicionar como parceiros da comunidade, e não apenas como entidades focadas no lucro, promovendo um diálogo aberto sobre como suas operações e os desenvolvimentos regionais podem coexistir harmoniosamente.

As eleições municipais são, portanto, um evento de significativa importância para o meio agropecuário e para as comunidades envolvidas. Uma participação ativa e informada do setor nas decisões políticas locais não é apenas uma boa prática empresarial; é uma necessidade para garantir que o crescimento econômico do agro ande de mãos dadas com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades que circundam e sustentam este setor. Como líderes empresariais e cidadãos, a escolha de candidatos comprometidos com o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e responsabilidade social e ambiental nunca foi tão crucial.

Cada voto e cada política implementada tem o potencial de moldar o futuro não só de uma cidade, mas de todo um setor que é pilar da economia nacional.

Leandro Viegas é administrador, bacharel em Direito e CEO da Sell Agro.